

**Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD**

Governo do Estado da Bahia

**Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR
Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR**

Secretaria do Meio Ambiente - SEMA

Fundação Luiz Eduardo Magalhães – FLEM

**CONSERVAÇÃO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO BIOMA CAATINGA
NOS ESTADOS DA BAHIA E CEARÁ**

- PROJETO MATA BRANCA -



**TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA
INDIVIDUAL PARA O TRABALHO DE AVALIAÇÃO FINAL DO
COMPONENTE I e III**

(Apoio a Instituições e Políticas Públicas para Gestão Integrada do Ecossistema - IEM)

**Janeiro – 2013
Salvador – Bahia**

SUMÁRIO

- 1 PREMISSAS**
- 2 OBJETIVOS**
- 3 ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS**
- 4 PRODUTOS**
- 5 FORMA DE APRESENTAÇÃO**
- 6 QUALIFICAÇÃO**
- 7 SUPERVISÃO**
- 8 FORMA DE PAGAMENTO**
- 10 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**
- 11 REFERÊNCIAS**

ANEXO I - Formulário de Avaliação

ANEXO II - Marco Lógico

ANEXO III - Estimativa de Custos

1 PREMISSAS

O Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga nos Estados do Ceará e Bahia – Projeto Mata Branca é executado pelos Governos Estaduais com recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF e de contrapartida de ambos os Estados e sua implementação sendo feita pelo Banco Mundial. A duração desse Projeto era prevista para um período de 05 anos, ou seja de outubro de 2007 a outubro de 2012. Entretanto, em abril de 2012 após solicitações feitas pelos dois estados e avaliação do Banco Mundial, o Projeto teve seu prazo de execução prorrogado por mais 01 ano, ficando, portanto, como prazo final o mês de outubro de 2013. A Fundação Luís Eduardo Magalhães – FLEM foi definida como agência de execução financeira enquanto que a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR da Bahia e o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM no Ceará são as instituições designadas para a gestão operacional do Projeto mediante um termo de cooperação técnica assinado pelos Governos da Bahia e do Ceará ficando cada estado responsável pela execução de 50% do Projeto. O contrato de financiamento foi assinado em 27/06/2007 e se encontra efetivo desde 25/09/2007.

O objetivo do Projeto é contribuir para a preservação, conservação e manejo sustentável da biodiversidade do bioma Caatinga nos Estados da Bahia e do Ceará, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus habitantes através da introdução de práticas de desenvolvimento sustentável. Para contribuir para a redução da pressão antrópica, e conseqüente redução da degradação dos recursos naturais do Bioma, o Projeto está estruturado nos seguintes Componentes: 1) Apoio a instituições e políticas públicas para Gestão Integrada do Ecossistema-IEM; 2) Subprojetos Demonstrativos: Promoção de Práticas de Gestão Integrada do Ecossistema; e 3) Monitoramento & Avaliação (M&A), Disseminação e Gestão do Projeto.

O Componente 1: Apoio a Instituições e Políticas Públicas para Gestão Integrada do Ecossistema - IEM, visa o fortalecimento das instituições e políticas públicas ligadas à gestão do bioma Caatinga, sob o foco da sustentabilidade. Esse componente se divide em três subcomponentes. **O Subcomponente 1.1: Estrutura Institucional e Política Participativa para a Gestão Integrada do Ecossistema** que apóia: (a) uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) em cada estado, para avaliar sistematicamente as implicações ambientais e sociais das políticas e dos programas governamentais para determinar se são favoráveis a uma abordagem de IEM e, caso não sejam, propor novas políticas que sejam favoráveis a uma abordagem de IEM; (b) a criação ou implementação de novos instrumentos, políticas ou incentivos para promover a abordagem de IEM e a conservação da biodiversidade (tais como o Selo Verde e o ICMS Ecológico); e (c) os esforços em curso para reduzir as ameaças ao bioma, tais como o Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais (PREVINA) do Ceará, e o Programa de Fiscalização da Extração de Carvão na Bahia.

O Subcomponente 1.2: Gestão Integrada de Áreas Protegidas promove a gestão e conservação da biodiversidade através de estudos e avaliações para viabilizar o

estabelecimento, gestão e melhoria das áreas protegidas da Caatinga nos dois estados. O projeto coordena os esforços relacionados a áreas protegidas nos três níveis de governo e apóia a cooperação entre as Secretarias do Meio Ambiente da BA, Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM no Ceará, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, MMA e IBAMA. Essas ações servem para integrar os programas de áreas protegidas, harmonizar os esforços e aumentar os incentivos e o envolvimento do setor privado e das organizações da sociedade civil nas práticas de conservação. Também apóia estudos sobre a sustentabilidade de reservas privadas na Caatinga, assim como atividades direcionadas a aumentar a área de reservas privadas e melhorar a efetividade da conservação em áreas protegidas. O projeto contribui à consolidação das áreas protegidas existentes através da inteiração da legislação, definição de responsabilidades, criação de Conselhos Consultivos de Gestão, estimulação da participação pública e apoio ao desenvolvimento de planos de manejo, tornando as áreas protegidas com as diretrizes federais estabelecidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e em conformidade com as exigências do CONAMA. O subcomponente inclui as seguintes atividades: (i) apoio à consolidação de seis áreas protegidas; (ii) estabelecimento de duas novas áreas protegidas na Bahia; e (iii) apoio à pesquisa sobre a biota aquática da região.

Com essa finalidade o projeto financia: (i) a participação e processos consultivos com as comunidades locais para o estabelecimento, implementação e gestão de duas áreas protegidas; (ii) demarcação de terras; (iii) processos para fomentar a colaboração dos setores público e privado para estudos, pesquisas, educação ambiental e recreação; (iv) gestão e planos de manejo, e outras atividades relevantes para o uso e manutenção das duas áreas; (v) avaliação das condições para a sustentabilidade econômica das áreas protegidas; (vi) avaliação de meios de vida alternativos ou compensação adequada para populações tradicionais; (vii) estabelecimento de Conselhos Consultivos de Gestão para cada área protegida; e (viii) estudos para a regularização fundiária dentro e no entorno das áreas protegidas.

No **Subcomponente 1.3: Desenvolvimento da Capacidade Institucional e Conhecimento para a Gestão Integrada de Ecossistemas** se busca promover um maior conhecimento e um melhor processo decisório para o bioma Caatinga nos estados. Esse subcomponente financia: (a) a identificação de práticas de gestão de ecossistemas e políticas associadas para promover impactos positivos sobre recursos genéticos agrícolas; (b) identificação da diversidade biológica e de atividades que possam gerar impactos adversos significativos sobre o uso sustentável da biodiversidade; (c) estudos para identificar os fatores que estão determinando o status da diversidade biológica e as ameaças à sua integridade; (d) planejamento e implementação de um plano de treinamento e capacitação para as principais lideranças, incluindo organizações da sociedade civil, sobre gestão integrada de ecossistemas, avaliação ambiental estratégica, gestão de áreas protegidas e modos de vida sustentáveis.

O Componente 1 fornece, também, a estrutura institucional necessária à execução do Componente 2, que na sua análise mais simples corresponde às ações que serão desenvolvidas em campo com as comunidades, e em paralelo, fornece subsídios que irão

alimentar o Componente 3, especialmente quanto ao monitoramento e avaliação das atividades do Projeto e disseminação dos seus resultados.

O Componente 2: Subprojetos Demonstrativos: Promoção de Práticas da Gestão Integrada dos Ecossistemas abrange a elaboração e execução de planos de extensão e assistência técnica, formulados especificamente para este propósito, esses planos visam adequar as atividades agropecuárias que rotineiramente são realizadas pelas comunidades nas unidades de produção agrícola à capacidade de uso natural ou potencial sustentável dos recursos naturais renováveis sob o paradigma da sustentabilidade. Da integração “comunidades – ecossistemas – melhoria da qualidade de vida”, com base na valorização dos bens e serviços ambientais resultarão subprojetos demonstrativos de gestão integrada do ecossistema com boa relação custo-benefício e replicáveis em outras áreas.

Esse Componente busca apoiar aproximadamente 200 subprojetos¹, organizados em seis tipologias: (I) Gestão de Recursos de Solo e Água – Compatibilizar Uso Atual / Uso Potencial; (II) Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade; (III) Reabilitação de Áreas Críticas; (IV) Alternativas Tecnológicas para um Meio de Sobrevivência Sustentável; (V) Aumento da Capacidade Econômica, Social e Cultural da População (Empoderamento); e (VI) Incentivos Ambientais. A distribuição dos subprojetos, com base em uma programação inicial, demonstra que a maioria deles teria por objetivo o combate à desertificação.

Os subprojetos são financiados por doações que complementarão investimentos feitos pelas instituições executoras dos subprojetos. A média das doações para os subprojetos será de US\$25.000, variando de US\$1.000 a US\$50.000. Esses subprojetos terão um tempo de implementação de 1 a 3 anos. Os beneficiários dos subprojetos compartilharão entre 10% (comunidades), 15% para entidades sem fins lucrativos (ONGs) e 25% (setor privado, agências governamentais) do custo total de cada subprojeto, incluindo custos trabalhistas.

Os subprojetos são planejados para capitalizar a experiência dos programas e projetos de desenvolvimento e conservação existentes em cada Estado, incluindo o portfólio de projetos de investimento do Banco, em particular os Projetos de Redução da Pobreza Rural (PRPRs) – Produzir na Bahia e São José do Ceará. A ideia é aproveitar as experiências acumuladas em sistemas agroflorestais, mandalas, arranjos produtivos locais e outros semelhantes, em parceria com técnicos dos dois mencionados Projetos nos estados. Os dois estados incluíram comunidades e associações comunitárias como beneficiários elegíveis para investimentos em subprojetos, particularmente, para aqueles subprojetos que enfatizem os arranjos produtivos locais que complementem significativamente os investimentos produtivos dos PRPRs. O Estado da Bahia identificou subprojetos a serem implementados no âmbito do Componente 2 que fomentarão a inclusão de considerações ambientais na comunidade do Produzir e em investimentos municipais naquelas áreas onde o projeto Mata Branca atuará. E o Estado do Ceará iniciou seu trabalho com tipologias diferenciadas das linhas de financiamento do Projeto São José, considerando que o mesmo apóia projetos de infra-estrutura hídrica, sistemas produtivos e implementos agrícolas, dentre outros, que podem contribuir para melhor efetividade dos subprojetos em execução

¹ Em missão de avaliação do Banco Mundial esse número foi reduzido para 150 subprojetos.

no Projeto Mata Branca, identificando subprojetos viáveis para investimento dos dois projetos em comunidades selecionadas aumentando o impacto total dos dois projetos em uma mesma área ou comunidade.

O Componente 3: Monitoramento & Avaliação (M&A), Disseminação e Gestão do Projeto apoia a criação de uma ferramenta de planejamento e organização de informações para tomada de decisão que permita: (a) monitorar os indicadores de resultados e indicadores intermediários do Projeto; (b) avaliar os resultados do monitoramento e mensurar em que medida o Projeto está no caminho certo em relação ao alcance dos seus propósitos, com eficácia (resultados), eficiência (custo/benefício), e efetividade (impacto difuso, no longo prazo, e sustentabilidade); e (c) disseminar os resultados dos Subprojetos e lições aprendidas na área de estratégias e mecanismos eficazes da gestão integrada do ecossistema, disponibilizando o acesso a essa informação aos diferentes atores governamentais e não-governamentais, comunidade acadêmica, órgãos financiadores etc., utilizando essas informações como subsídios para melhor instrumentalizar as políticas em prol do bioma Caatinga. Este componente deve sinalizar para todos os atores envolvidos se os objetivos do Projeto estão sendo alcançados; se as tarefas estão sendo executadas conforme planejado; se as condições oferecidas aos beneficiários e se os resultados observados atingiram os níveis estabelecidos no desenho dos subprojetos; e se os impactos estão de acordo com os objetivos ou se esses objetivos devem ser ajustados para que o Projeto volte ao curso desejado. As UGPs são responsáveis pelo fortalecimento da capacidade de *gestão* eficaz do Projeto na execução de todos os componentes.

No Ceará, a FUNCEME é responsável pelo monitoramento e avaliação, uma vez que possui suporte operacional para desenvolvimento de pesquisa e monitoramento com ênfase em recursos ambientais e climáticos, sendo subsidiada por dados oriundos do CONPAM-SEMACE, SEPLAG, IPECE e demais entidades integrantes da UGP-CE. Na Bahia, a responsabilidade cabe ao CAR, onde a UGP está localizada.

O Subcomponente 3.1: Monitoramento e Avaliação das Atividades do Projeto (M&A) prevê o desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento e Avaliação com boa relação custo/benefício, mensurável, que avalie as tendências significativas e identifique as tendências da biodiversidade nas áreas do projeto. O Projeto fornece os recursos adequados para coletar, utilizar e manter esses dados de monitoramento. O Sistema de Monitoramento e Avaliação prove a base para responder a duas perguntas: (a) se a atividade atingiu seu objetivo; e (b) a que se deve seu nível de desempenho. A processo de avaliação fornecerá informações sobre se o Projeto está progredindo em direção ao alcance de suas metas. Especificamente, esse sub-componente define e operacionaliza um sistema de monitoramento e avaliação, caracterizando a situação inicial, e implementando um Sistema de Gerenciamento de Informações.

O Subcomponente 3.2: Disseminação das Conclusões do Projeto promove o compartilhamento de conhecimentos e disseminação de lições aprendidas sobre um sistema efetivo de gestão integrada de ecossistemas, para transferir conhecimentos sobre experiências bem-sucedidas, ferramentas e tecnologias para um público mais amplo. Especificamente, o subcomponente produzirá informações e executa uma estratégia de

disseminação de informações sobre o Projeto, direcionada às lideranças, assim como a outros parceiros e instituições relevantes em outros estados dentro da Caatinga.

O Subcomponente 3.3: Gerenciamento do Projeto tem como objetivo assegurar a coordenação e a implementação efetiva de todos os componentes do Projeto. Para tanto esse subcomponente financia: (a) o estabelecimento de UGPs nos dois estados; (b) assistência técnica para a equipe da UGP e parceiros; (c) o estabelecimento de um sistema integrado de gerenciamento para o projeto; (d) o estabelecimento e implementação de comitês de aconselhamento; (e) a definição de planos operacionais anuais para a coordenação e melhora da capacidade de gerenciamento ambiental; (f) o estabelecimento de coordenação e mecanismos participativos para as principais lideranças em gerenciamento de ecossistemas; (g) o desenho de um sistema para garantir a sustentabilidade das atividades financiadas pelo projeto; (h) o uso do sistema de monitoramento e avaliação do projeto para influenciar e informar a formulação de políticas públicas e processos decisórios em setores relevantes no nível estadual. Este subcomponente financia os custos da gestão administrativa e financeira (Fundação Luís Eduardo Magalhaes - FLEM) e auditoria externa - Bahia e Ceará.

2 OBJETIVOS

Realizar processo de análise e avaliação do desempenho final do Projeto Mata Branca com relação ao Componente 1 (Apoio a Instituições e Políticas Públicas para Gestão Integrada do Ecossistema - IEM) e Componente 3 (Monitoramento & Avaliação (M&A), Disseminação e Gestão do Projeto) executado no período de outubro/2007 a setembro/2013, tomando-se como base seu marco lógico (Anexo I) onde é apresentada a relação entre a finalidade e os propósitos planejados com os indicadores de desempenho intermediários e de resultados alcançados e definidos pelo Projeto.

Em termos específicos, a Consultoria realizará os seguintes trabalhos:

- Analisar e avaliar a pertinência da estrutura e conteúdo do Componente I e III, seus subcomponentes e respectivas atividades para o alcance dos objetivos do Projeto,
- Analisar e integrar ao documento final os Produtos referente aos Métodos Comparativos de Recuperação de Áreas Degradadas e do Componente 2;
- Analisar e avaliar a eficiência e eficácia das ações relativas ao Projeto implementadas ao longo da execução do Projeto para o alcance dos seus objetivos;
- Analisar e avaliar a eficiência e eficácia da alocação de recursos aplicados pela implementação do Projeto para o alcance dos objetivos do Projeto;
- Analisar e avaliar os possíveis impactos das intervenções promovidas pelo Componente I com relação gestão integrada do ecossistema Caatinga;
- Apresentação dos resultados da consultoria conduzindo um Seminário participativo de avaliação final do Projeto junto aos colaboradores e UGP do Projeto Mata Branca;
- Elaborar o Relatório de Avaliação Final do Projeto Mata Branca juntamente com os produtos fornecidos pelos demais consultores e com as UGPs da Bahia e Ceará.

3 ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Levantamento e análise das informações disponíveis sobre o Projeto (Projeto, Contrato, PAD, Manual Operacional, Relatórios Semestrais de Progresso, documentos de ajuda memória das missões de supervisão, Métodos Comparativos de Recuperação de Áreas Degradadas e outros documentos disponíveis na Bahia e no Ceará);
2. Reunião Focal com a equipe do Projeto nas UGPs da Bahia e do Ceará e com a participação da FLEM, SEMA, CAR e CONPAM para avaliação qualitativa do Projeto e estabelecer os procedimentos e alcance do processo de consulta e levantamento de informações;
3. Realização de visitas às áreas de atuações do Projeto nos estados da Bahia e do Ceará para aplicar instrumento de sondagem aos técnicos, atores institucionais, sociais chave e vinculados à execução do Projeto;
4. Processamento e sistematização da informação levantada;
5. Análise das informações levantadas e elaboração do Relatório Preliminar ressalta-se que o Relatório deve estar em conformidade com o Implementation Completion Report (ICR) do BIRD;
6. Apresentação do Relatório Preliminar em reunião técnica definida pelas UGPs;
7. Apresentação do Relatório Final, para análise e possíveis ajustes do Relatório Preliminar, incorporando as sugestões indicadas quando da sua apresentação, quando concluído este Relatório Final, deve ser apresentado as UGPs do Projeto para validação do Produto;
8. Apresentação do Relatório Final do Projeto em um Seminário.

4 PRODUTOS

Os produtos a ser apresentados pela Consultoria são os seguintes:

Produto 1 - Relatório Preliminar da Avaliação Final dos Componentes I e III;

Produto 2 - Relatório Final da Avaliação Final do Projeto e apresentação dos resultados no Seminário.

5 FORMA DE APRESENTAÇÃO

Serão entregues à Coordenação do Projeto Mata Branca com cópia para Fundação Luís Eduardo Magalhães - FLEM, 2 exemplares impressos dos documentos referente aos PRODUTOS de números 1 e 2, também, os mesmos documentos em meio digital (CD ROM: formato Word).

Sempre que necessário ao bom entendimento dos textos contidos nos relatórios, poderão ser apresentados: mapas, desenhos, ilustrações, gráficos e tabelas no formato A4 ou A3. As plantas e mapas devem estar em formato padrão e compatível com as escalas adotadas.

Em cada CD ROM deverá haver etiqueta indicativa dos documentos nele contidos. Os arquivos não poderão ser entregues de forma compactada.

6 QUALIFICAÇÃO

O Consultor a ser contratado para realização do serviço deverá possuir formação superior na área de ciências agrárias, sociais ou econômica com experiência em planejamento e avaliação de projetos e de políticas públicas na área de desenvolvimento socioeconômico e ambiental financiados por instituições nacionais e internacionais.

7 SUPERVISÃO

A supervisão da consultoria será de responsabilidade da Coordenação do Projeto Mata Branca, através dos profissionais lotados nas Unidades Gerenciais do Projeto na Bahia e no Ceará. Tais profissionais serão responsáveis pelas articulações necessárias do consultor com os demais atores do Projeto, pela troca de informações com o consultor, e por atestarem os produtos da consultoria. Os produtos atestados serão encaminhados à Fundação Luís Eduardo Magalhães - FLEM para efetuação do pagamento dos serviços realizados, conforme previsto em contrato.

8 FORMA DE PAGAMENTO

- 45% contra a entrega do Produto I;
- 55% contra a entrega do Produto II

9 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividades	Meses		
	I	II	III
Levantamentos de informações	■		
Reunião focal e visitas de campo	■		
Sistematização das informações			
Elaboração Relatório Preliminar		■	
Apresentação Relatório Preliminar			■
Ajustes do Relatório Preliminar			■
Apresentação Relatório Final			■

10 REFERÊNCIAS

- Project Appraisal Document (PAD) do Projeto Mata Branca.
- Manual Operacional do Projeto Mata Branca.

ANEXOS

ANEXO I - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO

Critérios de Qualificação para avaliação dos profissionais

O sistema de avaliação fundamenta-se em análise qualitativa, conforme critérios e pontuação a seguir descritos.

A nota mínima do currículo do profissional não deverá ser menor que 50% dos pontos, sob pena de eliminação do candidato.

Para se habilitar ao certame, o profissional deverá comprovar a graduação nas seguintes áreas do conhecimento: ciências agrárias, sociais, econômica ou áreas afins.

Para análise com fins de classificação, o profissional deverá comprovar a conclusão de cursos de pós-graduação reconhecidos em áreas correlatas, e obterá a pontuação máxima de 15 pontos conforme o nível de pós-graduação: o consultor com especialização obterá 05 pontos, com mestrado 10 pontos e com doutorado 15 pontos, sendo os pontos não acumulativos.

O candidato deverá atender todos os itens abaixo descritos, avaliando-se a qualidade e correlação dos trabalhos com a necessidade do objeto e serviços dessa contratação descritos a seguir.

Quanto à formação profissional:

- a) Apresentar trabalhos técnicos, publicações e participação em atividades correlatas; (até 15 pontos)
- b) Experiência comprovada em planejamento e avaliação de projetos na área de desenvolvimento socioeconômico e ambiental financiados por instituições nacionais e internacionais; (até 20 pontos)
- c) Experiência com avaliação de políticas públicas na área de desenvolvimento socioeconômico e ambiental financiados por instituições nacionais e internacionais; (até 20 pontos)
- d) Experiência comprovada em trabalhos de Monitoramento de Projetos socioeconômicos e ambientais; (até 10 pontos)
- e) Experiência em levantamento e análise de dados ambientais, econômicos e sociais, secundários e primários; (até 10 pontos)
- f) Participação efetiva em trabalhos de implementação e/ou avaliação de projetos ambientais, preferencialmente no semiárido; (até 10 pontos)

ANEXO II - MATRIZ DE MARCO LÓGICO

Síntese dos objetivos	Indicadores de resultados do Projeto	Utilização dos indicadores de resultados
<p>Geral: Contribuir para a gestão sustentável, conservação e preservação da biodiversidade do bioma único da Caatinga nos estados do Ceará e da Bahia e melhorar a qualidade de vida de suas população</p>	<p>No final do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento integrado da biodiversidade e da gestão de ecossistema e priorizado em 6 planos ou políticas setoriais pelos estados participantes (ficha de acompanhamento – GEF SP2); <p>No final do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6 áreas existentes do PROBIO (150.184 hectares) protegidas são consolidadas com efetividade na gestão melhorada em comparação com a linha de base (ficha de acompanhamento – GEF SP1); <p>No final do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 novas áreas (60.000 hectares) entre as áreas prioritárias do PROBIO, criadas pelo Estado da Bahia, dentro dos critérios específicos do SNUC/IUCN; • <p>No final do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 novas áreas RPPNs (Reserva Particular de Patrimônio Natural) estabelecidas pelo Estado do Ceará <p>No final do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 20% de terras degradadas conforme mensurado pela cobertura vegetal nas áreas do Projeto foram recuperadas quando comparadas com a linha de base; <p>No final do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subprojetos relacionados à produção em implementação nas comunidades mostram 15% de melhoria de renda quando comparado com as atividades produtivas rurais similares. 	<p>No ano 2: Avaliar o compromisso dos setores chaves e reavaliar estratégias se menos que 60% dos setores participantes incluem IEM e critérios de biodiversidade;</p> <p>Na revisão de meio-termo: Comparar resultados alcançados através da ficha de acompanhamento -GEF-SP1 diante dos dados da linha de base e avaliar se a mudança de estratégia é necessária;</p> <p>Nos anos 2 e 4: Rever a progressão no estabelecimento de novas áreas e desenvolver estratégias para solucionar problemas;</p> <p>Nos anos 2 e 4: Definir uma estratégia de disseminação para expandir a outros parceiros chaves que poderia implementar outras áreas de RPPNs;</p> <p>Nos anos 2 e 4: Determinar quais são as melhores práticas de custo-benefício por recuperação de terras degradadas;</p> <p>No final do Projeto: Analisar quais foram as principais atividades geradoras de renda e suas relações com a conservação da biodiversidade</p>

Componente 1: Apoio institucional e político para a gestão integrada de ecossistema

Síntese dos objetivos	Indicadores de resultados intermediários	Utilização do monitoramento dos resultados intermediários
<p>Objetivos específicos: Melhorar a estrutura político-institucional voltada para a gestão integrada de ecossistema</p>	<p>No ano 2: Avaliação Ambiental Estratégica concluída com ao menos 2 workshops e 6 avaliações realizadas</p> <p>No ano 3: Um novo arranjo político-institucional para conservação da biodiversidade e gestão integrada do ecossistema, envolvendo o Governo do Estado, a sociedade civil e o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga definido e adotado no âmbito do governo estadual de cada Estado;</p> <p>Nos anos 2 e 4: Programa PREVINA do Ceará cobre ao menos 60% do área da Caatinga do Estado do Ceará no ano 2 e 80% no ano 4;</p> <p>Nos anos 2 e 4: Locais de produção de carvão vegetal e fontes de extração de lenha para carvão são monitoradas em 40% da área do Projeto no ano 2 e 70% no ano 4;</p>	<p>No ano 2: Determinar como superar as principais restrições, inclusive os incentivos e sanções para o cumprimento da legislação e o arranjo político;</p> <p>Nos anos 1 e 4: Avaliar se as barreiras foram removidas para facilitar as parcerias entre a sociedade civil e setores público e privado para conservação da biodiversidade e IEM;</p> <p>Nos anos 2 e 3: Avaliar capacidade de implementação do Programa PREVINA, a cada ano, no Ceará;</p> <p>Nos anos 2 e 3: Avaliar capacidade de implementação do monitoramento de carvão vegetal na Bahia e desenvolver estratégia para superar principais obstáculos;</p>
Fortalecer o sistema de áreas protegidas	<p>No final do Projeto: Uma diminuição de 20% das queimadas na área do Projeto em ambos os estados, comparado com a linha de base;</p> <p>No ano 3: 18 eventos de treinamentos sobre IEM implementados sendo 9 em cada Estado. Metade dos eventos de treinamento devem acontecer a nível local;</p>	<p>Nos anos 2 e 4: Confirmar que atores principais são treinados como planejado e se esse treinamento leva a uma mudança de comportamento na linha de uma abordagem de gestão de ecossistemas;</p> <p>Nos anos 2 e 3: Rever os programas de treinamento e assegurar que seja feito acompanhamento com tomadores de decisão.</p>
Desenvolver a capacidade institucional e o conhecimento para a gestão integrada de ecossistema	<p>No final do Projeto: Ao menos 600 tomadores de decisão treinados sobre o uso de estratégias de conservação da biodiversidade e gestão integrada de ecossistemas.</p>	

Componente 2: Promoção de Práticas de Gestão Integrada de ecossistema – Subprojetos demonstrativos

Síntese dos objetivos	Indicadores de resultados intermediários	Utilização do monitoramento dos resultados intermediários
<p>Incorporar práticas de conservação da biodiversidade, conservação do solo e água e recuperação de terras e melhorar o meio de vida comunitário.</p>	<p>No ano 3: 150 subprojetos utilizando estratégias de IEM estão sendo implementados. Para todos os subprojetos, ¼ destiná-se aos quilombolas e povos indígenas, ¼ promove a revitalização dos padrões culturais da Caatinga e todos abordam a igualdade de gênero;</p> <p>No final do Projeto: Hectares de áreas recuperadas com vegetação ripária na área do subprojeto diminuiu em 50% quando comparada com a linha de base;</p> <p>No final do Projeto: Sedimentação à jusante em áreas do subprojeto aumentou em 20% quando comparado com a linha de base;</p> <p>No ano 4: Ganhos de biodiversidade em pelo menos 50% das áreas dos subprojetos comparados com os dados da linha de base e mensurados através da ficha de acompanhamento GEF SP2;</p> <p>No final do Projeto: Pelo menos 12 novas iniciativas lançadas para proteger e recuperar espécies ameaçadas;</p> <p>No final do Projeto: Ao menos 40 comunidades em ambos os estados são envolvidas com a implementação de IEM;</p> <p>No final do Projeto: Uso de pelo menos 1.200 hectares de terras propícias à conservação da biodiversidade, estabelecidas em terras conectas reforçando corredores em projeto de bacias hidrográficas;</p>	<p>Nos anos 2 e 4: Avaliar as mudanças do uso da terra no que se refere às taxas de erosão, e transporte de sedimentos pela água para entender quais as intervenções no uso da terra são necessárias para reduzir a erosão no solo (aplicar ficha de acompanhamento – GEF SP2 no início e no final do subprojeto);</p> <p>No meio termo: Avaliar quais os tipos de subprojetos foram mais eficazes em apoio à recuperação de vegetação ripária quando aumentar a escala dos mesmos;</p> <p>Nos anos 2 e 4: Selecionar subprojetos para os quais esse indicador se aplica e obter apoio de pesquisadores na sua concepção;</p> <p>No final do Projeto: Avaliar a relação entre o uso da terra e a conservação da biodiversidade e desenvolver estratégia para aumentar a escala das práticas com melhor relação custo-benefício;</p> <p>No ano 1: Analisar medidas para proteger as espécies ameaçadas de extinção e, provavelmente, seus impactos;</p> <p>No ano 2; Baixo nível de demanda na adoção de práticas melhoradas podem indicar disseminação, comunicação, e treinamento inadequados, assistência técnica fraca e exigindo capacitação melhorada;</p> <p>No ano 1: Seleção de subprojetos para esse indicador é crítico. Avaliar se outros programas governamentais estão promovendo a conectividade.</p>

Componente 3: Avaliação, Monitoramento e Gestão do Projeto

Síntese dos objetivos	Indicadores de resultados intermediários	Utilização do monitoramento dos resultados intermediários
<p>Conceber e implementar sistema de avaliação e monitoramento e lançar com sucesso estratégia de disseminação</p> <p>Estabelecer equipe de gestão do Projeto trabalhando efetivamente</p>	<p>No ano 1: Sistema de Avaliação e Monitoramento (M&E) definido, incluindo os bio-indicadores;</p> <p>No ano 1: Linha de base contratada e levantamento realizado;</p> <p>No Meio Termo: Linha de Base reavaliada e resultados da comparação analisados e disseminados;</p> <p>No final do Projeto: Impactos e alcance da finalidade do Projeto avaliado;</p> <p>Nos anos 2 e 4: Melhores práticas e lições apreendidas disseminadas em pelo menos 80% dos municípios da área do Projeto;</p> <p>No final do Projeto: Ao menos 20 oficinas de disseminação realizadas;</p> <p>No início do Projeto: Unidades de Gestão do Projeto estabelecidas formalmente com pessoal na CAR na Bahia e na SEMACE do Ceará;</p> <p>No início do Projeto: 80% dos relatórios a serem preparados pelas UGPs sobre o Projeto são feitos no prazo;</p> <p>No final do Projeto: 80% dos contratos firmados pela FLEM executados no prazo.</p>	<p>Nos anos 1 e 4: Implementação está ajustada de acordo com os resultados gerados pelo Sistema de Avaliação e Monitoramento (M&E);</p> <p>Nos anos 2 e 4: Utilização dos resultados do Sistema de Avaliação e Monitoramento (M&E) para alimentar a estratégia de replicagem dos subprojetos;</p> <p>Nos anos 1 e 4: Resultados do Projeto são disseminados inclusive impactos do Projeto sobre o Bioma;</p> <p>Nos anos 2 e 4: Determinar qual é a estratégia de disseminação mais eficaz para cada um dos atores chaves;</p> <p>Nos anos 1 e 4: Intensificar os esforços de capacitação se os dados dos indicadores não estão sendo produzidos oportunamente;</p> <p>Nos anos 1 e 4: Confirma se os arranjos das UGPs estão funcionando. Ajustar se necessário</p>